



Estado de Santa Catarina  
**Prefeitura Municipal de Morro Grande**

**DECRETO Nº 01/2021**

**CONSTITUI E DESIGNA OS MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – C.P.L. E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MORRO GRANDE**, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do artigo 52 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto pela Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações posteriores,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica constituída a Comissão Permanente de Licitação – C.P.L., composta de 03 (três) membros efetivos e (02) dois suplentes, com a finalidade de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos às licitações nas modalidades de concorrência, tomada de preços, convite e ao cadastramento de licitantes no âmbito da Prefeitura Municipal, Fundos e Autarquias do Município de Morro Grande:

Art. 2º Para compor a referida Comissão, ficam designados como membros efetivos e suplentes os seguintes servidores:

I - **Presidente:** Elizana Marcello, matrícula nº 1150;

II - **Membro Efetivo:** Marília Daniel, matrícula nº 746;

III - **Membro Efetivo:** Sandy Rodrigues Dondossola, matrícula nº 1156;

IV - **Membro Suplente:** Éric Júnior Frezza, matrícula nº 788;

V - **Membro Suplente:** Elaine Marchesini Zuchinali, matrícula nº 1157;

Art. 3º A Presidente da Comissão será representada, em sua ausência, por qualquer dos membros que se fizerem presentes, respeitando-se ordem de designação.

Art. 4º Designar, sem prejuízo das suas atribuições normais, a servidora Marília Daniel, para secretariar a Comissão.

Art. 5º A Presidente ora designada, fica autorizada a expedir todos os atos necessários para a fiel execução dos processos Licitatórios e a Secretária fica responsável pela elaboração das atas, relatórios e demais atos praticados pela presente Comissão.

Art. 6º O prazo de vigência da presente Comissão Permanente de Licitação será até 31 de dezembro de 2021.

Art. 7º A Comissão será responsável pelo procedimento de aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, na forma de Chamada Pública de Compra, conforme Lei Federal nº 11.947, de 16 de junho de 2009, Resolução/FNDE/CD nº 26/2013, suas atualizações e demais normas pertinentes.

Art. 8º Os membros da Comissão Permanente de Licitação farão jus a gratificação prevista na Lei Municipal nº 664/2009 e nos casos especiais previstos na Lei Municipal nº 796/2014.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10º Revogam-se as disposições em contrário.

Morro Grande/SC, 04 de janeiro de 2021.

  
**Clélio Daniel Olivo**  
Prefeito Municipal